

## A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e o treinamento de professores para o uso do livro didático

**Carmyra Oliveira Batista**<sup>1</sup>

*Universidade Católica de Brasília*

**Edilene Simões Costa dos Santos**<sup>2</sup>

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*

**Mônica Menezes de Souza**<sup>3</sup>

*Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal*

**Resumo:** Nesta comunicação, apresenta-se uma análise do alcance da distribuição de livros didáticos pela Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) e uma compreensão de como ocorreu o treinamento de professores tendo em vista a utilização desses livros. Utilizou-se como metodologia de pesquisa a análise de documentos e como referencial teórico-metodológico Freitag, Motta e Costa (1987), Tardif e Lessard (2005), Chartier (2002) e Choppin (2004), entre outros. A COLTED tinha como objetivo coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático no Brasil. Sua ação ocorreu no período de 1966 a 1971 com trabalhos realizados em duas fases, na primeira houve a distribuição de livros por meio das bibliotecas-amostra; na segunda, os livros foram distribuídos para os alunos e houve um treinamento para os professores. Constatou-se que a COLTED distribuiu cerca de 7 milhões de livros e treinou aproximadamente 110 mil docentes de todo o país. Os livros distribuídos foram escolhidos por uma equipe técnica da COLTED. O treinamento dos professores tinha o foco na utilização do livro didático que pode ter acarretado uma redução do currículo do ensino primário e ter banalizado a docência relacionando-a apenas ao uso “adequado” do livro didático.

**Palavras-chave:** Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED). Treinamento de professores. Matemática. Livro didático.

## INTRODUÇÃO

O trabalho docente é uma prática fundamentada em muitos aspectos. Alguns de cunho pessoal, como cultura, classe social, formação acadêmica, crenças, concepções e leitura de mundo. Outros são de cunho social como a economia, as políticas públicas e a organização do trabalho pedagógico da escola. Esses aspectos se encontram na sala de aula do modo convergente ou divergente, porém estão sempre presentes.

Mas, quem é o professor brasileiro? É uma pessoa certificada pelo estado de alguma maneira, para contribuir com a formação do cidadão a partir dos aspectos pessoais e sociais e desenvolver os programas e os currículos. Entendemos como certificação do estado a admissão/nomeação de leigos e professores formados em nível médio e superior.

---

<sup>1</sup> Professor Dr<sup>a</sup> da Universidade Católica de Brasília – UCB. E-mail: carmyra.batista@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor Dr<sup>a</sup> da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. E-mail: edilenesc@gmail.com.

<sup>3</sup> Professor Dr<sup>a</sup> da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF. E-mail: profmonicams@yahoo.com.br.

A expansão da escolarização no Brasil, principalmente a partir dos decênios de 1960 e 1970, levou o país a criar meios adaptativos tais como a admissão de professores leigos, as licenças para o exercício do magistério a não licenciados, a formação em nível médio por meio das escolas normais, pequenos cursos para atender a certas necessidades de formação e ainda cursos para complementações de algumas formações (GATTI; BARRETO, 2009), a fim de suprir a carência de professores em toda a educação básica.

Nesse sentido, podemos unir essas ideias ao que afirmam Tardif e Lessard (2005), o ensino escolar enfatiza a socialização e a formação de pessoas para as sociedades modernas. Portanto, o trabalho do professor é uma *práxis* na qual ele também é transformado pelo trabalho que executa. Assim, a organização, os objetivos, os conhecimentos, as tecnologias, os objetos, os processos e seus resultados são componentes da docência. Logo, afirmamos mais uma vez que a docência é composta pelos aspectos pessoais e sociais.

Um objeto que vem, por decênios, ganhando destaque no trabalho docente é o livro didático. Quanto a essa ideia, Oliveira (2008) acredita que o livro didático ainda é um dos agentes importantes na transmissão de conhecimentos e uma fonte fidedigna para muitos professores que depositam sua confiança no teor explícito nos livros didáticos.

Impulsionadas pelo artigo que apresentamos e os demais que lemos no “XIV Seminário Temático – Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970): Sobre o que tratam os Manuais Escolares?”, interessamo-nos em conhecer um pouco mais sobre como os livros didáticos foram distribuídos no Brasil no decênio de 1960. Dessa forma, fomos ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em busca de documentos que pudessem balizar nossos estudos e tivemos a grata satisfação de receber digitalizados vários documentos que tratam da criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e suas ações.

Quando de nossa primeira abordagem aos documentos, surgiram algumas reflexões acerca da inter-relação entre currículo, formação de professores e a formação de alunos na escola primária. Quando abordamos pela segunda vez os documentos, constatamos que emergiam indicativos importantes a respeito da distribuição de livros didáticos para a escola primária. Nessa perspectiva, a cada nova leitura, indagamos aos documentos: Quem eram os técnicos que participavam da COLTED? Como os livros eram avaliados naquele período? Qual era o critério para enviar os livros para os estados brasileiros? Qual era o fundamento que dava ao livro didático importância na organização pedagógica? Como a distribuição de livros didáticos alcançou o trabalho docente, sob a forma de treinamento? Essa última pergunta tornou-se nossa questão central.

Desse modo, temos por objetivos analisar o alcance da distribuição dos livros didáticos pela COLTED e compreender como ocorreu o treinamento de professores tendo em vista a utilização desses livros. Com o intuito de alcançarmos nossos objetivos, utilizamos como metodologia a análise de documentos e procedemos da seguinte maneira:

- ✓ Realizamos um levantamento de documentos no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), principal órgão de pesquisa educacional do Estado

brasileiro.

- ✓ Procedemos à construção teórico-metodológica, a partir de autores que traçaram um panorama da formação do professor e do livro didático no Brasil, do conceito apropriação discutido por Chartier (2002), as condições e os processos que se tornam referências e que condicionam as práticas; e as funções do livro didático que Choppin (2004) discute quando trata da história dos livros e edições didáticas.

## **A COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO (COLTED)**

A Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) localizava-se no Rio de Janeiro, foi criada em 1966 e extinta em 1971. Tinha como objetivo coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. Essa comissão foi resultado de um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a *United States Agency for International Development* (USAID).

Segundo Filgueiras (2015), considerava-se que o preço elevado dos livros didáticos era um fator que aumentava a evasão escolar, dessa maneira, foi preciso que o Estado incentivasse o mercado editorial e gráfico de livros didáticos e ao mesmo tempo criasse uma política de regulação desses livros, por isso foi criada a COLTED.

Encontramos, num dos documentos cedidos pelo INEP, a transcrição de uma conferência proferida na II Semana de estudos da COLTED, pelo diretor executivo Dr. Ruy Baldaque. Em seu discurso, ele afirmou que era intenção da comissão doar livros aos estudantes de nível elementar, vendê-los abaixo do custo aos estudantes de nível médio e ao preço de custo aos do ensino superior (BRASIL, 1968a).

Para Baldaque (BRASIL, 1968a, p. 85), a COLTED tinha como objetivo

a coordenação e a execução de todas as atividades do Ministério de Educação e Cultura, que se relacionam com a produção, a editoração, o aprimoramento e a distribuição de livros didáticos e técnicos em todo o país; cabendo-lhe controlar e executar os programas estabelecidos pelos órgãos signatários do convênio. Representa a COLTED, nesse desempenho, os propósitos do Ministério da Educação e Cultura, de proporcionar ao estudante brasileiro os meios indispensáveis à sua formação e ao desenvolvimento de sua cultura.

Portanto, nesse período, tudo o que envolvia o livro didático nos aspectos de editoração, seleção e distribuição foi resultado de uma relação entre o público-privado (governo federal e editoras) e com envolvimento dos Estados Unidos.

Os recursos para a execução de tais atividades vieram do Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica e de empréstimos ou doações da USAID por meio da Aliança para o Progresso (KRAFZIK, 2006).

Os trabalhos da COLTED foram desenvolvidos em duas fases, na primeira fase, aconteceu a distribuição de livros por meio das bibliotecas-amostra e, na segunda, foi feita a distribuição de livros para uso dos alunos e, concomitantemente, foi realizado o treinamento dos professores “de modo a permitir-lhes melhor utilização do livro didático em geral” (BRASIL, 1968b, p. 10).

O treinamento dos professores tinha a intenção, a curto prazo, de melhorar o rendimento didático e pedagógico das aulas ministradas, proporcionando um índice maior de aprendizagem e, a longo prazo, transformar as concepções do professor e do aluno com relação ao livro didático. Portanto, para a COLTED, o livro era o dinamizador do processo educacional, sendo necessário treinar o professor para a utilização desse objeto (BRASIL, 1968b, p. 10).

A escolha das escolas que receberiam as “bibliotecas COLTED” ficou a cargo das Secretarias de Educação de cada estado e uma empresa particular foi contratada para levá-las às escolas (BRASIL, 1968b).

Baldaque (BRASIL, 1968a) ressaltou os pontos negativos e os positivos dos trabalhos da COLTED nesse primeiro momento de suas ações. Nos negativos, apontou falhas na distribuição das bibliotecas-amostra às escolas devido a falta de critérios das secretarias estaduais, falta de preparo dos professores para receber e utilizar as bibliotecas e a falta de um profissional capaz de gerenciar o desenvolvimento do programa da COLTED. Como pontos positivos, Baldaque citou o controle na distribuição das bibliotecas, o crescimento da indústria editorial e gráfica dado o incentivo financeiro do governo federal e a satisfação e incentivo para o aperfeiçoamento cultural dos professores e alunos cujas escolas foram contempladas com as bibliotecas.

Tendo em vista que o objetivo da COLTED era disponibilizar o livro-texto aos estudantes brasileiros, Baldaque considerou que isso significava acesso livre ao desenvolvimento educacional e integral do aluno e de sua participação no futuro do país. Já os professores estariam mais envolvidos com o programa da COLTED por meio da escolha dos livros didáticos. Baldaque (BRASIL, 1968a, p. 89) acrescentou ainda que esse programa

não significa apenas a distribuição de obras existentes, mas visa, também, a criar condições para o surgimento de novos livros – adequados a uma nova pedagogia. Em outras palavras: a dinamização e disseminação do livro didático que se fará sempre de forma evolutiva – desde que o livro vai ser julgado, através da própria prática, na sala de aula, pelo maior número de professores. É a prática informando a teoria.

O campo de ação da COLTED era a distribuição das bibliotecas amostra, o fomento da discussão sobre o currículo e o treinamento de professores para a escolha e uso do livro didático, tudo isso dentro de uma visão tecnicista de educação, que tinha por princípios a racionalidade e a cientificidade, tendo como enfoque a objetivação do trabalho pedagógico e a produtividade da escola.

## A DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS EM “BIBLIOTECAS COLTED”

Freitag, Motta e Costa (1897) afirmam que a história dos livros didáticos no Brasil é formada por uma sequência de decretos e leis desconectados da reflexão da sociedade. Os autores indicam que as primeiras iniciativas do Estado brasileiro para assegurar a distribuição de livros no país se deram em 1937. Porém, é o Decreto Lei n. 1.177, de 29 de março de 1939 que define o livro didático

Art. 29, § 19 – Compêndios são livros que exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; - livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula; tais livros também são chamados de livro de texto, livro-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático (OLIVEIRA *apud* FREITAG; MOTTA; COSTA, 1987, p. 6).

Outras ações vão se desenvolvendo em nível de poder público até o momento em que o regime militar, já no poder, assinou vários acordos MEC/USAID, conforme narramos anteriormente. Freitag, Motta e Costa (1987) consideram que a criação e consecução das ações do Estado brasileiro em todos esses momentos foram pautadas em medidas que visaram à reestruturação e ao controle ideológico dos sistemas educacionais brasileiros.

Tendo em vista a distribuição das “bibliotecas COLTED” ou bibliotecas-amostra, o primeiro passo tomado pelo MEC foi a seleção dos livros, por meio de suas diretorias de ensino. Esses livros foram distribuídos pelo país por intermédio de 22 mil bibliotecas-amostra com a finalidade de “Estabelecer núcleos de bibliotecas ou enriquecer as já existentes; submeter ao exame do professorado brasileiro uma amostra significativa de livros selecionados por equipes de especialistas” (BRASIL, 1968c, p. 4). Tais bibliotecas eram compostas por 70% de livros didáticos e técnicos e 30% de livros de referência, isto é, livros para leitura complementar e suplementar. As bibliotecas observaram os critérios estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação daquele período e tinham as seguintes características:

- a) 70% de seus livros são técnico-didáticos, o que lhes retira os aspectos de uma biblioteca comum.
- b) Visa a colocar ao alcance de professores a maior variedade de obras didáticas, permitindo-lhes, ainda, participar com melhor conhecimento e autoridade da escolha do livro texto a ser distribuído a todos os alunos – pois o grande objetivo da COLTED – é colocar o livro na mão do aluno (BRASIL, 1968a, p. 88).

Cada “biblioteca COLTED”, cujos livros estavam acondicionados em uma caixa-estante, era composta por 400 livros que, em sua maioria, destinavam-se aos professores, isto é, os livros que integravam as “bibliotecas-COLTED” eram: obras de referência (enciclopédias, dicionários, atlas); livros de consulta para o professor; livro-texto para

professores; livros informativos para os alunos; livros-texto para os alunos e guias para os professores; livros sobre o ensino na escola primária e livros-texto no campo da Educação (Psicologia, currículo, metodologia, supervisão; literatura infantil) (BRASIL, 1968c).

Na primeira etapa de distribuição, que ocorreu entre janeiro e junho de 1967, foram adquiridos 2,5 milhões de volumes para comporem 7975 bibliotecas-amostra. A segunda etapa, entre julho e outubro de 1967, selecionou 3 mil títulos para outras 14100 bibliotecas-amostra. Foram distribuídos pela COLTED cerca de sete milhões de livros.

As bibliotecas eram acompanhadas por um catálogo das obras e um questionário cujo objetivo era orientar as futuras decisões da COLTED. Tal questionário referia-se ao acervo das bibliotecas e visava levantar os títulos que os professores indicariam para o uso de seus alunos. Foram distribuídos 8.948 questionários e apurados 75% desse total. A análise dos questionários apontou a falta de preparo dos docentes para a escolha dos livros didáticos, pois,

as indicações realizadas pelos professores mesmo os das capitais, baseavam-se em catálogos de publicidade antigos, não consideravam critérios de qualidade ou de atualização. Muitas das obras sugeridas não eram editadas há mais de vinte anos (KRAFZIK, 2006, p. 72).

Tendo em vista esse resultado, em setembro de 1968, o Diretor Executivo da COLTED, Ruy Baldaque, constituiu um grupo de trabalho que tinha como uma de suas funções avaliar e classificar os livros indicados pelos professores para serem utilizados pelos alunos no ano letivo de 1969.

No texto *Utilização das bibliotecas COLTED* (BRASIL, 1968d), há um discurso sobre a utilização do livro na “escola moderna”, críticas à visão do livro-texto na escola tradicional e à visão do livro no movimento da Escola Nova. Conforme o documento, a escola tradicional entendia o livro como base única da instrução em que a ação do aluno era passiva, já o movimento da Escola Nova preteria o livro em prol de um ensino baseado em recursos da vida cotidiana. O documento afirma que

essas duas posições extremistas estão incorretas. No sentido moderno, o livro texto constitui instrumento de aprendizagem e representa um meio de prover experiência indireta bem organizada e em grande quantidade. **Quando o livro-texto é usado efetivamente obtém-se um programa escolar dotado de continuidade, precisão, ordem e proporção** (BRASIL, 1968d, p. 156). [Grifos nossos].

Considerando a organização da COLTED e a amplitude de seu alcance, evidenciamos que a chegada oficial dos livros criou, o que podemos chamar de uma cadeia ideológica envolvendo todos os sujeitos: gestores, professores e estudantes, pois esses livros chegaram às escolas sem uma consulta prévia de suas necessidades e fundamentados em um discurso que reforçava a pouca produtividade da escola primária daquela época e da importância do livro como objeto de melhoria do rendimento escolar. Isso pode ser percebido na citação acima que

sinaliza a presença da vaga pedagógica tecnicista prevalecendo nos documentos da COLTED.

Ao que tudo indica, a distribuição das “bibliotecas COLTED” inculcou no professor a ideia do livro didático como o principal objeto para a execução do trabalho pedagógico tornando-se uma espécie de currículo prescrito para escola primária.

Dessa forma, podemos inferir que os livros e o discurso da COLTED começaram a moldar a prática docente alcançando os aspectos pessoais e sociais do professor.

## **A COLTED E A AVALIAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE MATEMÁTICA**

Para cumprir com uma de suas metas fundamentais, que era fazer chegar às mãos dos alunos o livro didático, a COLTED, em 1968, estabeleceu um plano piloto de aquisição e distribuição de livros-textos aos alunos das escolas primárias, públicas e particulares, dos municípios das capitais.

Como a aquisição e distribuição envolvia grandes tiragens de livros técnicos e didáticos, foram criadas comissões com o intuito de organizar todo o trabalho, sendo uma delas relativa à avaliação e à utilização do livro didático na escola primária e outra relativa ao ensino médio, compostas por representantes das secretarias estaduais de educação e universidades.

O diretor executivo da COLTED, Ruy Baldaque, em setembro de 1968, instituiu um grupo de trabalho que tinha como objetivos: “(a) avaliar e classificar os livros indicados pelos professores para uso dos alunos no ano letivo de 1969 e (b) estudar a validade do projeto piloto” (BRASIL, 1968e, p. 3).

Esse grupo era coordenado pela professora Elza Nascimento Alves e a equipe que avaliou os livros de Matemática era constituída pelas professoras Magdalena Pinho Del Valle, Maria Luiza Barbosa da Silva e Elvira Pinho Del Valle.

No dia 13 de novembro de 1968, a professora Elza enviou um relatório ao Diretor Executivo da COLTED com os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo.

Para avaliar os livros, o grupo de trabalho elaborou uma ficha de avaliação em que constavam categorias de análise. A primeira categoria considerada foi a “linguagem” que versava sobre o estilo, a estrutura e o vocabulário. A segunda, a “apresentação do material” na qual eram analisadas a capa, a dimensão, a qualidade do papel, da impressão e da encadernação. Na categoria “conteúdo”, foi considerada sua filosofia básica que deveria orientar para o desenvolvimento de valores, da criatividade e da participação; da organização, da autenticidade, do desenvolvimento, das atividades e de outros elementos como ilustrações. A quarta categoria era o manual que deveria subsidiar o professor no desenvolvimento das ações didáticas e metodológicas (BRASIL, 1968f).

Esse grupo de trabalho também elaborou uma instrução com pontuação. Os livros seriam avaliados em uma escala de 1 a 10 atribuindo-se peso 3 ao aspecto linguagem, peso 2 à apresentação material, peso 3 ao conteúdo e peso 2 ao manual para o professor. De acordo

com o número total dos pontos obtidos, os livros eram classificados em três categorias. Entre 0 e 29 pontos eram considerados pertencentes à categoria 1 – mais baixa ou pior, entre 30 a 69 pontos, estariam na categoria 2 – média, se obtivessem entre 70 a 100 pontos, seriam classificados na categoria 3 – mais elevada ou melhor. Para os livros enquadrados na categoria 2, criou-se também um critério, esses livros deveriam obter, no mínimo 12 à linguagem, 12 pontos referentes ao conteúdo e 6 pontos referentes à apresentação do material.

Na área de matemática, foram avaliados 105 livros e foi elaborado o documento *Apreciação final sobre os livros avaliados de Matemática*, de 04 de novembro de 1968, assinado por Magdalena Pinho Del Valle e Maria Luiza Barbosa da Silva.

As avaliadoras verificaram que nos livros publicados havia um cuidado em utilizar uma abordagem mais moderna da matemática, entretanto, poucos autores tiveram êxito nesse quesito, segundo elas:

Percebe-se a preocupação de introduzir o conceito de conjunto que, logo abandonado, constitui, apenas, mais um ponto do programa, ao invés de servir de base à formação de novos conceitos matemáticos. Sente-se assim, que a maioria dos autores desconhecem o verdadeiro sentido a chamada Matemática Moderna, embora já se encontrem alguns bons livros perfeitamente enquadrados dentro desse novo esquema (BRASIL, 1968g, p. 28).

Acrescentaram ainda que houve uma preocupação nas publicações mais recentes em melhorar a “apresentação, despertando na criança maior interesse pela Matemática e pela realização das atividades sugeridas” (BRASIL, 1968g, p. 28). Apontam, como aspecto positivo, a publicação de livros específicos para o ensino de matemática que não se limitam a informar, mas a formar conceitos, desenvolver hábitos, habilidades e valores. Consideram que, de modo geral, os livros são carentes no conteúdo e na linguagem. Sugerem aos autores uma revisão nos aspectos negativos apontados e que tomem “posição frente à Matemática, colocando-se na linha moderna ou tradicional, desde que sejam autênticos e que respeitem os aspectos eternos da ciência Matemática” (BRASIL, 1968g, p. 28).

Na análise desses documentos, foi possível perceber as três das quatro funções do livro definidas por Choppin (2004), a função referencial, a instrumental e a ideológica e a cultural, pois, cabia ao livro didático, naquele momento, expressar o currículo, as práticas para aquisição das competências disciplinares e ditar os valores e as condutas pertinentes ao momento político vivido no país.

Na avaliação do grupo de trabalho, percebemos a preocupação com os conhecimentos específicos de Matemática, o suporte pedagógico ao professor leigo ou não, veículo de valores e o valor mercadológico, quando se falava em barateamento das grandes tiragens e dos financiamentos.

Assim, em um ciclo, a COLTED iniciava a avaliação e seleção de alguns títulos que eram enviados aos professores, por meio das bibliotecas as quais informariam sua preferência a partir do preenchimento de um questionário e, então, a COLTED finalizava a avaliação,



sugerindo aos editores adequações aos parâmetros por ela determinados. Logo, o poder de seleção dos títulos não pertencia aos professores, pois, segundo o grupo de trabalho, os docentes, em sua maioria, estavam despreparados para a avaliação das obras. Por isso, tudo leva a crer que, dentro das intencionalidades da COLTED, foi necessário o treinamento de professores para a análise e utilização dos livros didáticos.

## **O TREINAMENTO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS PARA A UTILIZAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS**

Conforme Araújo (2000, p. 32), treinamento dá a ideia da busca pela destreza, implica exercício repetitivo e remete ao trabalho fabril. Aperfeiçoamento indica uma ideia de completude, de melhoria das práticas, de acabamento. Já a formação denota ações em processos, em construção. Não podemos afirmar em que medida o surgimento da COLTED influenciou ou modificou o pensamento educacional brasileiro no que diz respeito à formação de professores primários, mas, em conformidade com a diferenciação de termos apresentada por Araújo, podemos afirmar que a COLTED se ocupou de treinar o professor para a utilização do livro didático.

Como vimos anteriormente, a COLTED investiu massivamente na distribuição de livros e, em sua segunda fase, ocupou-se também de treinar professores para utilizarem de maneira “adequada” os livros que estavam recebendo. Vale a pena contextualizar que, nesse momento histórico em que a COLTED estava em ação, havia, por parte do governo militar, um interesse ufanista com relação à construção de uma identidade cívica aliada a bases tecnicistas em voga na educação. Dessa forma, era a visão do universal e não das singularidades que envolvia a educação brasileira. Se nesse período o Brasil era majoritariamente rural e o quadro de professores bastante variado, com 44% dos professores primários pertencentes ao magistério leigo (PINHEIRO, 1966), há indícios de que o trabalho desenvolvido pela COLTED negou essas diferenças e ingeriu mudanças no trabalho do professor por meio de uma espécie de avalanche de livros e de ideias trazidas pelo governo estadunidense que se articulou ao governo militar brasileiro.

O programa de treinamento para professores foi aprovado numa reunião do colegiado da COLTED, no dia 09 de agosto de 1968, quando se criou um grupo de trabalho composto por técnicos do INEP e da COLTED e professores do Instituto de Educação do Estado da Guanabara.

O Grupo de Trabalho organizou-se em áreas específicas com o objetivo de elaborar as diretrizes do curso treinamento de professores. Baseadas nas orientações do Grupo de Trabalho a COLTED criou e organizou o Treinamento para Professores com a previsão de levar o curso a cerca de 500 mil professores em todo o território nacional (KRAFZIK, 2006, p. 72).

Os cursos de treinamento foram acontecendo, em um crescente de treinandos, para

um número decrescente de horas/aulas, sendo a carga mínima de 56 horas/aula. No Rio de Janeiro, aconteceu um curso para 23 instrutores tipo A, vindos de várias unidades da federação, de 114 horas/aulas, com a duração de 15 dias (BRASIL, 1968h).

Esses instrutores tipo A ministraram 23 cursos, nas várias capitais, para 398 instrutores tipo B. Esse curso teve a duração de 7 dias, com 56 horas/aulas. Os instrutores tipo B ministraram 398 cursos, também nas capitais, e formaram 7250 instrutores tipo C. Tal curso teve a duração de 7 dias, com 56 horas/aulas. Os instrutores tipo C ministraram 7250 cursos para 98388 professores primários e o curso teve a duração de 7 dias, com 56 horas/aulas (BRASIL, 1968h). Em outras palavras, os instrutores tipo A, foram ao Rio de Janeiro para receber treinamento diretamente da equipe COLTED. Os instrutores tipo B receberam treinamento dos instrutores tipo A e os tipo C receberam formação dos tipo B.

Essa classificação foi dada pela COLTED e aponta o distanciamento desses instrutores com relação à equipe COLTED e também, dos professores primários com relação às concepções difundidas pelo programa.

A organizadora do treinamento e do material utilizado foi a professora Elza Nascimento e os instrutores dos cursos foram orientados a manterem o foco das discussões sobre a importância do livro-texto e na elevação do rendimento escolar criando uma “nova mentalidade” com relação ao livro-texto (BRASIL, 1968c, p. 6).

O treinamento chegou a aproximadamente 110 mil professores primários dos municípios das capitais dos estados brasileiros e foram distribuídos o mesmo número de exemplares do título *O livro didático: sua utilização em classe*, material organizado por especialistas sobre “modernas técnicas didáticas-pedagógicas” para a utilização de livros de linguagem, matemática, estudos sociais, ciências sociais e ciências (BRASIL, 1968h, p. 10).

O capítulo dessa obra que trata da Matemática foi organizado pela professora Norma Cunha Osório e traz o planejamento do curso nessa área. O conteúdo de Matemática desenvolvido pelos instrutores estava dividido nas seguintes unidades: tendências atuais da Matemática, o livro-texto de Matemática, como examinar e selecionar os livros-textos de Matemática e a utilização do livro-texto de Matemática (BRASIL, 1969).

Outro título distribuído no curso de treinamento foi *Como utilizar o livro didático*, texto organizado sob a forma de instrução programada (BRASIL, 1968h).

O *Manual de Instrução Programada destinado ao aperfeiçoamento do magistério*, utilizado nos cursos destinados aos professores primários, serviu “para promover o treinamento auto-instrutivo da totalidade dos professores primários, nas técnicas de utilização adequada do livro didático” (BRASIL, 1968i, p. 72).

O modelo de treinamento apresentado pela COLTED leva-nos a refletir sobre apropriações e práticas, pois identificamos uma lógica dos treinamentos acontecendo em efeito cascata, isto é, cada treinando ia se tornando instrutor à medida que aumentava o número de cursos. Isso indica que muitas apropriações e modos diferenciados de práticas aconteceram tendo em vista “serem as práticas criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas” (CHARTIER, 2002, p.136).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os muitos documentos arquivados no INEP sobre a COLTED nos mostraram a extensão de sua ação nos quatro anos de efetivo trabalho, distribuição cerca de 7 milhões de livros, treinamento de aproximadamente 110 mil docentes de todo o país, preocupação com a produtividade do ensino primário nacional e a introdução de uma avaliação criteriosa na escolha dos livros didáticos, por parte de uma equipe técnica.

Apesar de o livro didático ter sido escolhido por técnicos, houve uma consulta aos professores que, em certa medida, pode ter oportunizado aos docentes reflexões acerca do livro didático e seu uso. Por outro lado, a ênfase na análise e no uso do livro didático pode ter ocasionado uma redução do currículo.

O treinamento dos professores realizado pela COLTED exaltando o livro didático e enfatizando o seu uso pode ter banalizado a docência, limitando o trabalho pedagógico ao uso “adequado” do livro didático.

Entre os princípios estabelecidos atualmente pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), percebemos alguns estabelecidos pela COLTED, como a formação do professor para a seleção dos livros e a escolha feita a partir de uma lista oferecida por uma equipe especializada. No entanto, resta-nos saber em que medida todo esse trabalho realizado pela COLTED, incluindo o treinamento de professores para a utilização do livro didático, ecoa até os dias atuais tendo em vista esse objeto ocupar um lugar quase central no trabalho docente em sala de aula. Também nos preocupa o eco do discurso ainda atual de que os professores apresentam dificuldades para a seleção do livro didático, quando não é levada em consideração a carga de trabalho do professor que exclui momentos de planejamento, análise e reflexão de seu próprio trabalho.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. A. **Educação continuada na escola: traços, trilhas e rumos da coordenação pedagógica.** 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Conferência Objetivos atuais e futuros da COLTED**, proferida por Ruy Baldaque na II Semana de Estudos COLTED. São Paulo: 1968a.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Diretoria Executiva da COLTED**, 1968b.

\_\_\_\_\_. **Curso de treinamento para professores sobre a utilização do livro didático no nível elementar**, elaborado por Elza Nascimento Alves, 1968c.

\_\_\_\_\_. **Utilização das bibliotecas COLTED**, 1968d.

\_\_\_\_\_. **Anexo n. 7 do Relatório de atividades da direção executiva da COLTED**, de 13 nov. 1968, 1968e.

\_\_\_\_\_. **Anexo n. 2 do Relatório do grupo de trabalho**, 1968f.

\_\_\_\_\_. **Apreciação final sobre os livros avaliados de Matemática**, assinado por Magdalena Pinho Del Valle e Maria Luiza Barbosa da Silva, de 04 nov. 1968, 1968g.

\_\_\_\_\_. **Relatório da COLTED**, de 1968h.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Diretoria Executiva da COLTED**, enviado ao Ministro de Educação e Cultura e ao colegiado da COLTED, 1968i.

\_\_\_\_\_. **O livro didático sua utilização em classe**: material básico dos cursos de treinamento para professores primários. Rio de Janeiro: COLTED, 1969.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Portugal: DIFEL Difusão Editorial S.A, 2002.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

FILGUEIRAS, J. M. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a COLTED e a FENAME. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 12, n. 45, p. 85-102, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v19n45/2236-3459-heduc-19-45-00085.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FREITAG, B.; MOTTA, V. R.; COSTA, W. F. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Rede Latino-Americana de Informação e documentação em Educação – reduc. Brasília:1987.

GATTI, B. A.; SÁ BARRETO, E. S. (Orgs). **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

KRAFZIK, M. L. A. **Acordo MEC/USAID**: a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966/1971). 2006. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://www.curriculo-uerj.pro.br/imagens/pdfTeses/acordo\\_mec\\_35.pdf](http://www.curriculo-uerj.pro.br/imagens/pdfTeses/acordo_mec_35.pdf) >. Acesso em: 10 jul. 2016.

PINHEIRO, L. M. Treinamento, formação e aperfeiçoamento de professores primários e o Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 46, n. 103, p. 10-64, jul./set. 1966 .

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2005.